

REDD+ Brasil

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
(<http://redd.mma.gov.br/>)

Buscar no portal



[English Version \(/en\)](#) | [Contato \(<https://mma.gov.br/o-ministerio/quem-e-quem/item/8727.html>\)](#)

PÁGINA INICIAL (/PT/)

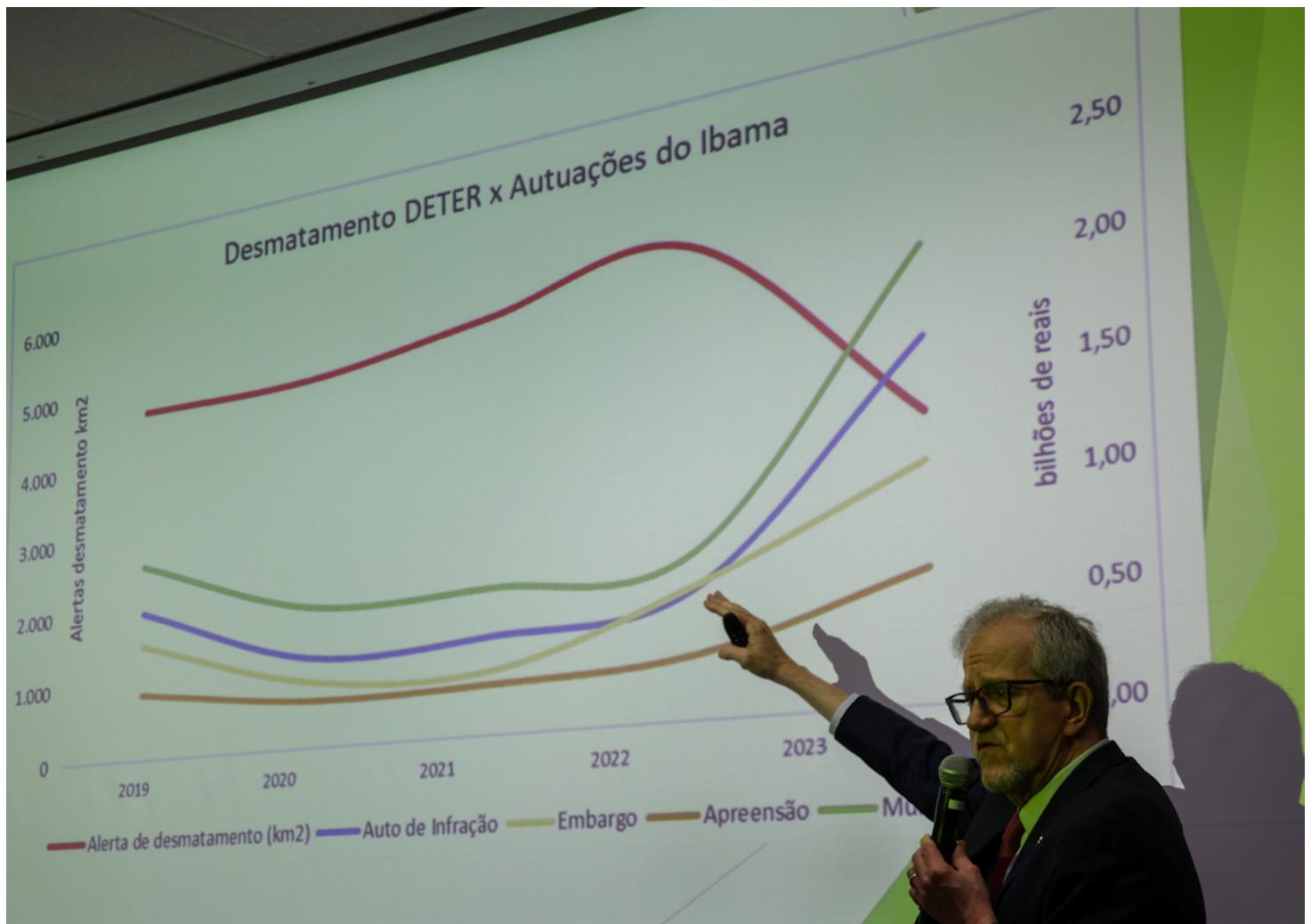
MENU

[Desmatamento na Amazônia cai 42,5% nos sete primeiros meses de 2023 \(/pt/component/content/article/106-central-de-conteudos/noticias-principais/1086-desmatamento-na-amazonia-cai-42-5-nos-sete-primeiros-meses-de-2023?Itemid=0\)](#)

Publicado: Quinta, 03 de Agosto de 2023, 11h05

|

Última atualização em Quinta, 10 de Agosto de 2023, 11h08



Queda em julho foi de 66%, segundo dados do sistema Deter, do Inpe; área sob alertas no Cerrado teve aumento de 26%

A área sob alertas de desmatamento na Amazônia caiu 42,5% de janeiro a julho de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados do sistema Deter-B, do Inpe, divulgados nesta quinta-feira (3/8) no auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com a presença das ministras Marina Silva e Luciana Santos. Em julho, a redução foi de 66% na comparação com o mesmo mês de 2022.

No Cerrado houve aumento de 26% da área sob alertas em julho, e de 21,7% em relação aos sete primeiros meses do ano anterior.

"Quando se vê o aumento das operações, das multas, dos embargos, das apreensões, e a retirada de gado de áreas embargadas, isso cria um círculo virtuoso em que não há mais expectativa de impunidade. Cada um que comete crime pensa duas vezes antes de praticá-lo, sabe que está sendo monitorado por satélite e que vai ter ação dos órgãos de fiscalização", disse Marina. "A queda do desmatamento na Amazônia ocorreu em vários Estados, é uma queda consistente."

A redução de 42,5% dos alertas na Amazônia desde janeiro ocorreu após alta de 54,1% de agosto a dezembro de 2022, no governo anterior.

A taxa anual de desmatamento é medida sempre de agosto a julho por outro sistema do Inpe, o Prodes, e deverá ser divulgada em novembro. O ciclo para 2023, portanto, foi encerrado.

Tradicionalmente, as taxas de desmatamento na Amazônia são menores no início do ano e sobem a partir de maio, atingindo o pico em julho e agosto. A redução no período mostra que houve uma inversão da curva de crescimento herdada do último governo, disse o secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco.

"O atual governo recebeu uma tendência de crescimento acelerado do desmatamento. Após sete meses de trabalho, tivemos uma redução de 42,5%", acrescentou. Segundo ele, a meta buscada neste início de governo com as ações coordenadas pela secretaria extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial e as operações de campo do Ibama e do ICMBio "permitiu de forma inquestionável a inversão da curva".

Embora não tenha a finalidade de medir com precisão áreas desmatadas, o Deter aponta tendências. O sistema tem o objetivo de detectar o desmate enquanto ele ocorre para orientar a fiscalização ambiental.

Dez municípios concentraram 34% do total de áreas sob alertas de desmatamento na Amazônia de janeiro a julho deste ano: o líder foi Apuí (AM), com 179,3 km², seguido de Feliz Natal (MT), com 175,9 km², e de Altamira (PA), com 139,6 km². Quatro das dez cidades estão no Amazonas, três no Pará, duas em Mato Grosso e uma em Rondônia. Os quatro Estados registraram quedas em relação ao mesmo período de 2022.

Entre as medidas aplicadas desde janeiro na Amazônia, o Ibama aumentou em 173% os autos de infração por crimes contra a flora em relação à média para o mesmo período nos últimos quatro anos. Os embargos (proibição do uso de áreas desmatadas ilegalmente) cresceram 123%, e as apreensões, 107%. Já os termos de destruição de equipamentos usados em crimes ambientais aumentaram 254%.

Houve apreensão de 3 mil cabeças de gado, 25 aeronaves, 36 toneladas de cassiterita e 30 barcos, além do bloqueio de 2 milhões de m³ de créditos virtuais de madeira, entre várias outras ações.

No caso do ICMBio houve alta de 339% dos autos por infrações contra a flora, de 62% dos embargos, de 104% das apreensões e de 128% dos termos de destruição de janeiro a julho na comparação com o mesmo período de 2022.

A retomada das ações de fiscalização do Ibama e do ICMBio é uma das medidas emergenciais de combate ao desmatamento na Amazônia.

Em 5 de junho, após a realização de seminário técnico-científico e de ampla consulta pública, foi lançado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Também em junho foi publicada resolução do Conselho Monetário Nacional que restringe o crédito pra imóveis com Cadastro Ambiental (CAR) suspenso e concede bônus de juros para imóveis com CAR analisado e ativo.

Desde o início do ano houve cancelamento, suspensão ou pendência de registros do CAR em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Florestas Públicas Não Destinadas.

No Cerrado, dez municípios concentraram 31% do total de áreas sob alertas de desmatamento de janeiro a julho. Seis ficam na Bahia e quatro, em outros Estados da região conhecida como Matopiba, que além do Cerrado baiano engloba Maranhão, Piauí e Tocantins. São Desidério (BA) registrou 303,6 km² de área sob alertas de desmatamento, seguido de Jaborandi (BA) e Balsas (MA).

O Ibama aumentou em 40% as apreensões, em 26% os embargos e em 21% os autos de infração no Cerrado em relação à média para o mesmo período nos últimos quatro anos. Já os termos de destruição de equipamentos usados em crimes ambientais tiveram alta de 245%.

No ICMBio houve aumento de 113% das apreensões, de 25% dos embargos e de 9% dos autos de infração no bioma.

Quase 77% da área sob alertas de desmatamento no Cerrado está em imóveis rurais com CAR — percentual que chega a 84,6% no Piauí, 82% na Bahia, 67% no Maranhão e 71,9% no Tocantins. Dados informados pelos Estados apontam que houve autorização para desmatar pelo menos 482,3 mil hectares no bioma.

"No Cerrado, temos uma situação que é complexa em função da incidência de desmatamento com autorização dos Estados", disse Marina. O MMA realizou uma série de reuniões com Estados do bioma para obter informações sobre as autorizações.

Houve ainda a definição de municípios críticos em um pacto federativo contra o desmatamento e a criação de grupo de trabalho com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente.

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) está em elaboração e tem lançamento previsto para outubro. O plano será submetido a consulta pública em setembro.

Na coletiva houve o anúncio de que o Inpe, que completa 62 anos nesta quinta, lançará em breve o Deter para o Pantanal. A ministra do MCTI, Luciana Santos, afirmou que o instituto também terá dados de desmatamento para outros países amazônicos, que se reunirão em Belém na Cúpula da Amazônia nos próximos dias 7, 8 e 9.

"A agenda climática é transversal e urgente, une governos, sociedade civil, centros de pesquisa e setor produtivo", disse Luciana. "O que vimos no governo anterior foi negacionismo e falta de compromisso com agendas vitais para o Brasil."

Além das ministras e de Capobianco, participaram do anúncio o secretário de Controle do Desmatamento do MMA, André Lima; os presidentes do Ibama, Rodrigo Agostinho, e do ICMBio, Mauro Pires; o diretor para Clima e Sustentabilidade do MCTI, Osvaldo Luiz; o coordenador-geral de Ciência da Terra do Inpe, Gilvan Sampaio; o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Jair Schmitt; o coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia do Inpe, Claudio Almeida; e o presidente do CNPq, Ricardo Galvão.

Veja os dados apresentados aqui (https://www.gov.br/mma/pt-br/desmatamento-na-amazonia-cai-42-5-nos-sete-primeiros-meses-de-2023/apresentacao-coletiva-deter-jul_23.pdf).

Veja a apresentação e a entrevista coletiva aqui (<https://www.youtube.com/watch?v=nXfT2Dp4Bj0>).

registrado em: [Central de Conteúdos \(/pt/component/content/category/104-central-de-conteudos\)](/pt/component/content/category/104-central-de-conteudos) ,

[Notícias Principais \(/pt/component/content/category/106-central-de-conteudos/noticias-principais\)](/pt/component/content/category/106-central-de-conteudos/noticias-principais)

Assuntos

Florestas, Desmatamento e Mudança do Clima (</pt/o-que-e-redd>)
REDD+ na UNFCCC (</pt/redd-unfccc>)
Estratégia Nacional para REDD+ (</pt/estrategia-nacional-para-redd>)
Monitoramento (</pt/monitoramento>)
Mensuração, Relato e Verificação (MRV) de resultados de REDD+ (</pt/mensuracao-relato-e-verificacao-mrv-de-resultados-de-redd>)
Salvaguardas (</pt/salvaguardas>)
Info Hub Brasil (<https://infohubbrasil.mma.gov.br/pt/>)
Acompanhamento e a análise de impacto das políticas públicas (</pt/acompanhamento-e-a-analise-de-impacto-das-politicas-publicas>)
Financiamento (</pt/financiamento>)
REDD+ e a NDC do Brasil (</pt/redd-e-a-indc-brasileira>)
Cooperação Sul-Sul para REDD+ (</pt/cooperacao-sul-sul-para-redd>)

Serviços

English Version (</en>)
Contato (<https://mma.gov.br/o-ministerio/quem-e-quem/item/8727.html>)

Redes Sociais

Flickr (<http://www.flickr.com/photos/mmeioambiente>)
Twitter (<http://www.twitter.com/mmeioambiente>)
YouTube (<http://www.youtube.com/mmeioambiente>)
RSS (</ultimas-noticias/pt/component/content/?format=feed&type=rss>)

Sobre o site

Acessibilidade (</pt/acessibilidade>)
Mapa do site (</pt/mapa-do-site>)

RSS

O que é? (</pt/o-que-e-rss>)
Assine (</pt/ultimas-noticias?format=feed&type=rss>)